

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Curso de Psicologia

Sabrina Gomes Nunes

**A VIDA RESISTE: PSICOLOGIA E GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA
NO BRASIL**

Porto Alegre

2022

Sabrina Gomes Nunes

**A VIDA RESISTE: PSICOLOGIA E GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA NO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito parcial à obtenção do título de
Psicóloga no Curso de Graduação em
Psicologia do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Dra. Raquel da Silva Silveira

Porto Alegre

2022

Sabrina Gomes Nunes

**A VIDA RESISTE: PSICOLOGIA E GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA NO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito parcial à obtenção do título de
Psicóloga no Curso de Graduação em
Psicologia do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Dra. Raquel da Silva Silveira

Porto Alegre, 07 de outubro de 2022

BANCA EXAMINADORA:

Raquel da Silva Silveira
Doutora em Psicologia Social e Institucional - UFRGS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Catarina Elóia da Rosa Machado
Mestra em Educação - UFRGS
Doutoranda em Geografia - UFRGS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Ao meu irmão Fábio Gomes Nunes, e
a todas as mães que morreram em vida, ao
ter que enterrar seus filhos antes do tempo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS. Confiar em Deus, não diz sobre religiosidade, mas diz sobre a fé. Pois foi essa fé que tenho no mundo espiritual, que conduziu meus caminhos e me permitiu chegar até aqui. Gratidão!

Agradeço em especial a minha mãe, Vera. Ela é a pessoa que faz parte de quem eu sou hoje, de quem caminha e caminhou comigo desde sempre, e de quem eu sempre caminharei ao lado.

Aos meus irmãos de sangue, Fabrício e Fábio. Agradeço pela oportunidade de compartilharmos a vida, os problemas, as tristezas mas também as alegrias que tivemos juntos na mesma família.

Ao meu irmão Fábio, agradeço pela sua existência que embora não mais neste plano terreno, me ensinou muito sobre a vida, sobre a gostar de samba e sobre a parceria entre irmãos. Sua partida foi combustível para buscar maneiras de cuidar/acolher as dores de quem também perdeu.

As mulheres negras de minha família, em especial minhas avós Maria da Rosa e Maria Celina, que em meio a tantas tragédias e dificuldades vividas, sustentaram um mundo ainda mais perverso e injusto do que eu, não desistiram, e mesmo sem saber foram meus incentivos.

À minha amiga e irmã Chanan Oliveira, desde sempre comigo. Agradeço a nossa amizade, pois foi e é fundamental na minha caminhada de vida. Nossas trocas, nossas vivências e agora nesta fase final da graduação, trazendo palavras de incentivo e de acolhimento, lembrando que tudo daria certo.

À professora e orientadora Raquel Silveira, por me acompanhar neste percurso acadêmico desde o início, por abrir caminhos que oportunizaram meu conhecimento sobre a temática das relações raciais, das vivências-experiências que tivemos juntas, por apostar em meu potencial e por toda acolhida. Muito obrigada!

À Catarina Machado, cuja qual tenho imensa admiração. Por me guiar durante parte da minha trajetória profissional, e me apresentar o universo do terceiro setor, cujo qual atuo até hoje e pretendo seguir. Pelos aprendizados, pelas trocas, e pela relação de amizade que construímos durante este período. Agradeço também por acolher e aceitar a proposta de comentar este trabalho e pela compreensão dos

processos de entrega. Sabemos que para nós tudo é mais difícil. Gratidão à minha mentora.

À Juliana Antunes, pela parceria em assumir o compromisso de revisar, formatar e construir junto comigo este trabalho. Sou grata por todo empenho e dedicação!

As colegas de graduação e do grupo de pesquisa cujo qual atuei como bolsista de iniciação científica durante dois anos. Ana Paula, Andressa, Ellen, Eliane, Tainá e Raísa. Foram as nossas trocas e as acolhidas durante essa experiência acadêmica que tornaram tudo menos pesado e sustentaram nossa participação nessas atividades que por vezes nos afetava tanto. Conseguimos!

Por fim, agradeço a todos e todas que de alguma forma atravessaram meu caminho deixando rastros de incentivo, de esperança, de amor, de confiança e de orgulho na minha caminhada. Não fazemos nada sozinhos.

É por nós!

*Vi condomínios rasgarem mananciais
A mando de quem fala de deus e age como satanás
(Uma lei) quem pode menos, chora mais,
Corre do gás, luta, morre, enquanto o sangue escorre
É nosso sangue nobre, que a pele cobre,
Tamo no corre, dias melhores, sem lobby
Hei, pequenina, não chore
TV cancerígena,
Aplauda prédio em cemitério indígena
Auschwitz ou gueto? Índio ou preto?
Mesmo jeito, extermínio,
Reportagem de um tempo mau, tipo plínio
Alphaville foi invasão, incrimine-os
Grito como fuzis, uzis, por brasis
Que vem de baixo, igual Machado de Assis
Ainda vivemos como nossos pais elis
Quanto vale uma vida humana, me diz?
(Dedo na ferida - Emicida, 2017)*

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo geral, investigar de que forma a psicologia têm produzido conhecimentos sobre a temática do genocídio da população negra dado o número elevado de indicadores dessa violência contra os/as negros/as, principalmente os jovens. Afirma-se politicamente o reconhecimento das tamanhas violências raciais como sendo “genocídio da população negra”. A construção das informações que serão discutidas possui caráter qualitativo e foi baseada em dois métodos de análise: O primeiro foi uma revisão narrativa sobre a temática deste trabalho a partir de uma pesquisa bibliográfica nas plataformas “SciELO” e “Google acadêmico”. O segundo método foi a retomada dos registros realizados em meus diários de campo da minha atuação como bolsista de Iniciação Científica na pesquisa “Racismo e Sofrimento Psíquico”, no período entre 2017 e 2019. Como resultado encontrado, podemos dizer que a psicologia, mais especificamente a psicologia social, têm acolhido a problemática da violência e do genocídio contra a população negra discutindo criticamente as políticas de segurança, o sistema prisional, o encarceramento em massa no país, o sofrimento e o luto. Problematizando a produção subjetiva de vidas, e colocando em debate as inquietações e desafios para a área da psicologia. Apesar de alguns avanços no que refere-se a inserção da Psicologia no estudo das relações étnico-raciais e nas questões que dizem respeito à população negra, essa discussão do genocídio da população negra ainda centraliza-se nas áreas das Ciências Sociais, Segurança Pública e Direitos Humanos. Cabe a psicologia contemplar as particularidades, singularidades e diferenças étnico-raciais dos sujeitos para qual destinamos nossas práticas, nossos estudos, e nosso cuidado por uma perspectiva psicossocial.

Palavras-chave: Genocídio; População negra; Psicologia; Racismo; Violência.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Textos Pesquisados do 1º ao 4º e suas principais considerações.	34
Tabela 2 - Textos Pesquisados do 5º ao 8º e suas principais considerações.	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA	11
1.2 “NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE” - Minha caminhada até aqui.	14
2.ESCOLHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	19
3.PAREM DE NOS MATAR! VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA.	23
3.1 FORMAS DE OPERAÇÃO DO RACISMO E AS RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DO GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA	25
3.2 PORQUÊ FALAMOS EM “GENOCÍDIO”?	29
3.2.1MOVIMENTO NEGRO: PROTAGONISTA NA DENÚNCIA DO GENOCÍDIO CONTRA OS(AS) NEGROS(AS)	31
4.RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
4.1PERCEPÇÕES INICIAIS E A FUNÇÃO POLÍTICA DA PSICOLOGIA	38
4.2O QUE A PSICOLOGIA TEM A DIZER SOBRE O GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA?	40
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS: PELA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA PSICOLOGIA	50
REFERÊNCIAS	52

1. INTRODUÇÃO

1.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

A violência urbana no contexto brasileiro é um problema social grave. Contudo, alertamos para a tamanha disparidade dos dados para este cenário quando racializamos essa violência. De acordo com o Atlas da Violência (2021), em 2019 os/as negros/as (soma dos pretos e pardos conforme a classificação do IBGE) representam 77% das vítimas de homicídio por raça/cor no Brasil, sendo a taxa de homicídios para esta população de 29,2% a cada 100 mil habitantes. Enquanto que, para a população não negra (soma dos brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 11,2%, nos apontando que, uma pessoa negra tem risco 2,6 vezes maior de ser assassinado, em comparação a uma pessoa não negra (CERQUEIRA et.al,2021).

Os jovens, homens e com idade entre 15 e 29 anos, são os que mais apresentam chances de serem vítimas de homicídio. É desesperador quando os dados apontam que no Brasil temos uma média de 64 jovens que morrem por dia. Ou seja, são 64 vidas diárias que deixam de existir, 64 famílias que choram a dor da perda, e a esperança de um futuro melhor para o nosso país. Não suficiente, a taxa de mortalidade por 100 mil habitantes para as mulheres negras é de 4,1 em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras. Sendo assim, as mulheres negras representam 66% do total de mulheres assassinadas no Brasil (CERQUEIRA et.al,2021). Os dados da violência nos mostram que, a população negra está às margens de um extermínio explícito, independente de gênero, classe ou faixa-etária, pois é a cor da pele que determina o alvo da violência no Brasil.

Apesar da profícua produção teórica sobre essa temática da violência urbana, a formação em psicologia não aborda este assunto de forma obrigatória, tão menos problematiza a temática da violência pelo caráter racial que ela carrega no Brasil. A falta de estudos que abrangem questões étnico-raciais na psicologia, é um fator que nos preocupa, pois não estamos

sendo preparados para atender a população brasileira em seu contexto real e sócio-histórico. Percebe-se que as instituições de ensino, no que tange às regiões de Porto Alegre e região metropolitana em especial, negligenciam a temática das relações raciais em seus currículos (BARCELLOS, 2016).

Ao realizar uma breve pesquisa das produções acadêmicas da graduação no repositório digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LUME), que envolvem a temática da violência contra população negra, mais especificamente do genocídio, foi possível notar que este tema ainda precisa ser melhor explorado dentro do curso de psicologia. Com filtro para trabalhos publicados a partir de 2012, observa-se que a partir do ano de 2013 muitos trabalhos de conclusão de curso foram sendo realizados a partir da racialização do sujeito, das relações raciais, do racismo, das experiências e trajetórias acadêmicas de alunos/as negros/as após a entrada da universidade, mas não tratam com ênfase a temática da violência e genocídio da população negra (BATISTA,2016;BARCELLOS,2016; SILVA,2018; ALMEIDA,2018).

Este resultado que para nós, estudantes negros, é uma imensa conquista, possibilita nos enxergarmos como agentes produtores de conhecimento científico também. Além disso, mostra o impacto das cotas universitárias a partir de 2012 quando universidades estaduais e federais passaram a adotar esta política através da lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff.¹

A implementação das cotas raciais no ensino superior é uma demanda antiga dos movimentos negros. No Brasil, se fortaleceu com a participação ativa da militância negra brasileira na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em 2001, em Durban, na África do Sul (SEGATO,2006). A Universidade de Brasília foi a primeira no Brasil a adotar cotas raciais no ingresso de estudantes em 2003. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul iniciou seu sistema de cotas em 2008. Somente depois de ter sido considerada Constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, é que a lei foi sancionada em 2012.

¹ A política de cotas. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

O ingresso de estudantes negros/as por meio das cotas raciais, alteraram o campus das universidades públicas e com isso o enfrentamento ao epistemicídio acadêmico dos saberes negros. Dessa forma, as pesquisas começam então a explicitar as iniquidades nas vidas das pessoas negras. Além da inclusão social dos negros/as no ensino superior, as cotas visam principalmente denunciar a discriminação racial e tornar público o combate ao racismo (SEGATO, 2006). Importante ressaltar que neste ano de 2022, completa-se 10 anos da política de cotas sendo esta ameaçada de extinção a depender dos líderes governamentais que teremos futuramente. Torcemos e lutemos para que as políticas de ações afirmativas no Brasil sejam permanentes e possam ao menos corrigir ou reduzir os impactos da desigualdade em nosso país.

Dessa maneira, este trabalho busca discutir o que a psicologia tem a dizer sobre a violência urbana no país dado o número elevado de indicadores dessa violência contra os/as negros/as, principalmente os jovens. Afirma-se politicamente o reconhecimento das tamanhas violências raciais como sendo “genocídio da população negra”. Este estudo tem por objetivo geral, investigar de que forma a psicologia têm produzido conhecimentos sobre a temática do genocídio da população negra. Para isso, elegemos como objetivos específicos: a) Pesquisar a bibliografia dos últimos cinco anos sobre a temática deste trabalho; b) Dialogar os achados encontrados nos textos sobre esta temática, com minha experiência de bolsista de iniciação científica na pesquisa “Racismo e Sofrimento Psíquico” sobre o quesito violência urbana; c) Discutir os efeitos que a violência através do racismo, tem produzido no cotidiano e na vida da população negra por uma perspectiva psicossocial do cuidado em saúde.

A metodologia deste trabalho possui caráter qualitativo, com a utilização de dois métodos na construção das informações. O primeiro foi uma revisão narrativa sobre a temática deste trabalho dos últimos cinco anos nas plataformas de base de dados “SciELO” e “Google acadêmico”. O segundo método foi a retomada dos registros realizados em meus diários de campo da minha atuação como bolsista de Iniciação Científica na pesquisa “Racismo e

Sofrimento Psíquico”, no período entre 2017 e 2019. A proposta foi articular esses diários e suas marcas em mim com as discussões encontradas na revisão narrativa sobre a psicologia e o genocídio da população negra.

1.2 “NOSSO PASSOS VÊM DE LONGE” - Minha caminhada até aqui

Nós negros, somos sujeitos e objetos da própria pesquisa, o que nos coloca em um lugar subjetivo de dor, mas também de potência e arte!(EVARISTO, 2022)²

O estudo proposto, partiu da minha experiência acadêmica que tive durante dois anos como bolsista de iniciação científica na pesquisa “Racismo, relações de saber-poder e sofrimento psíquico”, vinculada ao Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Essa pesquisa tratou de analisar os efeitos do racismo na saúde mental da população negra que frequenta e utiliza as unidades básicas de saúde (UBS) do Sistema Único de Saúde (SUS) nas cidades de Porto Alegre e de Pelotas. Para isso, foi realizada uma parceria entre os cursos de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal de Pelotas e as Secretarias Municipais das duas cidades, no período entre 2015-2018, obtendo uma amostra válida de 580 pessoas.

Este projeto de pesquisa surge em um contexto onde a temática das metodologias críticas da psicologia social e da pesquisa-intervenção, afirmam a não neutralidade do/a pesquisador/a na produção de conhecimentos. Um dos conceitos importantes dessa perspectiva, e que fez muito sentido durante minha trajetória nesse projeto, é a análise de implicação.

Cecília Coimbra e Maria Nascimento (2008), a partir das definições de René Lourau traduzem em suas palavras o objetivo da análise de implicação:

A proposta de analisar nossas implicações é uma forma de pensar, cotidianamente, como vêm se dando nossas diferentes intervenções. Dentro de uma visão positivista que afirma a objetividade e a

² Esta fala foi retirada de um comentário feito pela própria autora Conceição Evaristo em Agosto de 2022, na defesa de Dissertação de mestrado: A narrativa ponciá vicêncio de conceição Evaristo: Algumas notas Psicanalíticas sobre o racismo na constituição de sujeitos negros. Autora: Eliane Margarete da Silva Abreu. Dados: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

neutralidade do pesquisador/profissional, as propostas da Análise Institucional tornam-se, efetivamente, um escândalo, uma subversão. Colocar em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades - consideradas absolutas, universais e eternas - seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que elas se agenciam é romper com a lógica racionalista ainda tão fortemente presente no pensamento ocidental (COIMBRA E NASCIMENTO, 2018, p.3).

Trago este conceito pois é importante situar-me nesta escrita, o que para além do exposto até aqui, justifica também a minha chegada na pesquisa citada e a escolha da temática deste trabalho. Nasci em uma família preta, filha da Vera e do Paulo, filha do meio junto a mais dois irmãos, homens negros. Meu irmão mais velho que não mais habita neste plano terreno, ao qual dedico este trabalho, nos foi levado há 12 anos, vítima de homicídio.

Assim, a perda de pessoas próximas por homicídio decorrente da violência constitui a minha experiência de vida, o que tornou preciso analisar as implicações que me atravessam, e as forças que nos movimentam enquanto ocupamos a posição de estudantes, pesquisadoras, mães, filhas, irmãs e tantas outras. Apesar da violência ter feito parte da minha experiência de vida, foi durante o trabalho de campo da pesquisa referida, que pude perceber o quanto eu estava identificada com os relatos, dores e sentimentos daquelas pessoas, as quais estavam colocadas como objeto pesquisado.

Essas pessoas eram mães pretas, irmãs, filhas, esposas, amigas e tantas outras, assim como eu. Relatavam suas experiências em diversas situações cotidianas de discriminação, preconceito e violência, marcadas pelo racismo. Dessa forma, o racismo foi nosso elo principal, pois perpassa tanto a pesquisadora como as pessoas pesquisadas. Aceitar analisar minhas próprias implicações e todas as forças institucionais que agenciavam o meu fazer e o meu sentir durante e depois daquelas práticas, me fez perceber que eu era parte desse campo analítico. Ou seja, eu também era o objeto pesquisado. De fato, esta experiência como bolsista de iniciação científica, somada à proximidade com as comunidades e com as pessoas que o trabalho de campo nos proporcionou, foram essenciais na decisão de trabalhar com o assunto da violência contra população negra e com isso a produção deste trabalho.

Não obstante, a fala de Conceição Evaristo citada no início desta seção me representa. Sinto que escrever sobre as dores do povo negro, deste povo a qual eu também pertenço, é pesado e dolorido. Não é uma tarefa fácil, mas ao mesmo tempo é possível darmos novos significantes para essas dores, transformando-as em Resistências, Potências e Artes. A frase “Nossos passos vêm de longe”, significa que nossos ancestrais lutaram, resistiram desde muito tempo, para que hoje estivéssemos aqui (re)EXISTINDO, RESISTINDO: A VIDA RESISTE!

Portanto, é pela perspectiva da potência e da arte, e quando digo arte refiro-me ao sentido não apenas estético da palavra, mas a arte como meio de transformação, das lutas e dos movimentos negros, pelo direito de viver e existir da população negra e principalmente dos jovens negros, pelo dever e respeito de não esquecer daqueles que já se foram. Assim, trago essa discussão sobre o genocídio da população negra como trabalho de conclusão do curso para a Psicologia. Permito-me ir ao encontro de Conceição Evaristo que nomeia o conceito de escrevivência como sendo a escrita de nós, da vivência de cada pessoa (EVARISTO, 2020).

Digo nós, porque não se trata apenas de uma escrita de si, uma escrita que se aproxima da lógica narcísica do eu, como muito se confunde. Mas sim uma escrita que baseia-se na condição em que cada sujeito se posiciona, se percebe e é percebido onde vive. Condição essa que trabalha a perspectiva do “nós” como coletivo, determinado grupo que é atravessado por condições comuns, como as mulheres negras por exemplo:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais (EVARISTO, 2020, p.31).

E assim como Conceição Evaristo, marcada pela condição de uma mulher negra inserida nesse universo acadêmico, em uma sociedade desigual e racista, engajada na luta intelectual pelos meus, pois o racismo não fornece

tréguas em nenhum âmbito da vida de homens e mulheres negras, é que proponho a minha escrita. Deixarei aqui, traços que me identificam e não sustentarei expectativas literárias acadêmicas neutras e impessoais. Aos leitores e às leitoras, trago também em minhas palavras, meus sentimentos e minhas afetações a partir das minhas vivências/experiências, principalmente no que tange a temática da violência. Sendo assim, meu fio condutor na elaboração deste trabalho, parte da noção de escrevivência para justificar uma escrita que parte das nossas vivências e não necessariamente segue todas as normas acadêmicas exigidas pela universidade, questão que foi muito bem colocada, problematizada e discutida por estudantes que vieram antes de mim. Registram em seus trabalhos temas relevantes como seus trajetos acadêmicos e enfrentamento ao racismo dentro da universidade, por meio da escrevivência como reconhecimento de uma escrita intelectual e epistemológica (BATISTA,2016; ALMEIDA, 2018).

Nesse contexto, ainda mais recentemente, com o avanço da visibilidade da produção teórica de autore/as negros/as, emergiu o conceito de lugar de fala (RIBEIRO, 2019). Este conceito surge em meio ao movimento social feminista negro, pois entende-se que o racismo atravessa também a hierarquia social de gênero, pois mesmo dentro da categoria de gênero feminina, a raça/cor determina lugares estruturados socialmente de forma hierárquica, posicionando mulheres brancas num lugar de privilégio. Lugar de fala, refere-se a qual posição social parte a fala do enunciador. Ou seja, todos nós podemos falar sobre qualquer assunto que desejarmos, todos temos lugar de fala, mas é importante analisarmos de qual realidade social parte o nosso discurso. Entender e discutir de onde parte nossas falas, a partir de alguns marcadores sociais, como raça, gênero, classe e deficiência, provoca-nos que possamos pensar a posição que ocupamos no mundo, tanto de forma ética como política. Reivindicar nosso lugar de fala como pessoas negras, nos coloca como agentes de nossas próprias lutas. Legítima, válida e autoriza falas de grupos oprimidos, desconsideradas em detrimento de grupos socialmente privilegiados, colocando a proposta de “se pensar” sobre este lugar não apenas para os “vistos subalternizados”, mas para todos (RIBEIRO,2019).

Feita essas breves contextualizações teóricas, apresento ao/à leitor/a de onde minha fala é enunciada. Sendo esta autora, uma mulher negra, acadêmica, “cria”³ da comunidade Aberta dos Morros na zona sul de Porto Alegre, estudante, trabalhadora e tantas outras marcas que estão por trás desta escrita. Pois, é nos entrelaces e cruzamentos da vida, por e entre lugares, como uma breve futura psicóloga desbravando um mundo cheio de incertezas e desafios, surge uma inquietação e com isso a seguinte questão disparadora para elaboração deste trabalho: Afinal, o que a psicologia têm a dizer sobre o genocídio da população negra?

³ A expressão cria refere-se ao termo nascido, criado. É um termo utilizado nas periferias para falar que fomos “feitos” por tal lugar. “cria da comunidade”.

2. ESCOLHAS TEÓRICAS - METODOLÓGICAS

A produção acadêmica negra posicionada, ativista e engajada, principalmente a de jovens intelectuais negras e negros, prioriza a produção de trabalhos acadêmicos cujo centro são suas experiências. Sabemos, contudo, que essa produção não é vivenciada sem tensão no meio acadêmico. Por isso mesmo, há um discurso que desqualifica a produção acadêmica posicionada, referindo-se a ela como senso comum ou adjetivando-a como militante, já que é interessada, por isso mesmo supostamente menos científica, porque desafia o mito da neutralidade axiológica (FIGUEIREDO, 2020, p.16).

Reafirmando o que até o momento expus, é deste lugar de pesquisadora negra que elaboro este estudo. Começo trazendo as vozes de intelectuais negras que têm contribuído com a elaboração de metodologias “insubmissas” e posicionadas de dentro da experiência do processo de investigar (COLLINS, 2016).

Desta forma, o método qualitativo se apresenta como o mais adequado, pois a temática investigada se inscreve no meu corpo e na minha vida. As notícias sobre as mortes da população negra não são apenas um objeto de estudo, são uma urgência, uma tentativa de compreender para tentar transformar, assim, me encontro nas palavras da professora Angela Figueiredo (2020, p. 10), quando ela fala na potência da nova geração de estudantes negras e negros que têm produzido pesquisas com o intuito de “oferecer respostas aos problemas encontrados em suas comunidades; conhecer, para intervir e transformar, é uma das características dessa nova geração (...)”.

Nos estudos clássicos sobre metodologia qualitativa, dos quais destaco os de Cecília Minayo e Lara Guerriero (2014), frequentemente encontramos a explicitação de que as pesquisas sociais no campo da saúde lançam mão de diferentes recursos para a coleta das informações, as quais estão vinculadas a teorias específicas. As pesquisas qualitativas explicitam o caráter ético-político das mesmas, salientando a importância do encontro que acontece no trabalho de campo. É proposto uma análise reflexiva sobre o lugar ocupado no processo da pesquisa, valorizando as trocas produzidas. “Nesse tipo de trabalho, tanto o investigador quanto os participantes são simultaneamente sujeito e objeto de investigação” (MINAYO e GUERREIRO, 2014, pg. 1106.).

Mas aqui, já uma diferença se instala, pois é uma pesquisa qualitativa em que não há apenas empatia e ética na postura da pesquisadora, pois o objeto estudado, a psicologia e o genocídio da população negra, se inscrevem na experiência de vida da pesquisadora. Na psicologia social e institucional presente na formação da UFRGS, o conceito de análise de implicação, como brevemente apontado no início deste trabalho, potencializa a análise da metodologia qualitativa, pois compreende a impossibilidade da neutralidade no ato de pesquisar. Sempre estamos implicadas/os na temática escolhida. Porém, a chegada de estudantes negras e negros nas universidades tem tensionado a hegemonia branca na produção de conhecimentos, mesmo nas teorias críticas, pois raramente o racismo entrava em análise.

Patrícia Hill Collins (2016) criou o conceito de *outsider within*, para pensar o lugar da mulher negra na academia, a sua potência de enxergar as problemáticas de dentro das experiências vividas. Não mais objeto de pesquisa, agora, produtoras de conhecimentos. No Brasil, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Neusa Santos, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, dentre tantas outras intelectuais, têm consolidado a perspectiva de pesquisas qualitativas situadas nos seus lugares de fala. Para Figueiredo (2020, p. 9):

(...) a experiência pessoal, a experiência vivida e compartilhada é para nós, pesquisadores e pesquisadoras negras, uma evidência muito importante, já que é a base de nossa reflexão e teorização. Nesse sentido é que a metodologia proposta pelo feminismo negro destaca o diálogo mais horizontal, a empatia e, muitas vezes, a autoetnografia como método prioritário de pesquisa.

Neste contexto teórico, político e metodológico, lanço mão de dois métodos de análise. Primeiro, construo uma revisão narrativa sobre a forma como o campo da psicologia têm produzido conhecimentos na temática do genocídio da população negra. Realizei uma busca de artigos na base de dados Scielo e no Google Acadêmico. Ambos buscadores foram escolhidos devido ao grande número de publicações que podemos acessar de diferentes e diversas plataformas acadêmicas e científicas. Selecionei o período entre os anos de 2018 e 2022. Este período foi escolhido pois é um momento em que a violência no Brasil ganha certo acirramento, em que o autoritarismo se faz

presente, principalmente considerando o atual contexto sócio- político brasileiro em que estamos vivendo.

Os descritores utilizados na base dados SCIELO foram “Psicologia e genocídio da população negra”, para trabalhos realizados no Brasil, e não encontrei resultados. A partir dos descritores: “Psicologia e violência contra população negra”, encontrei apenas dois resultados. Somente fui encontrar resultados significativos a partir do uso dos descritores “psicologia e violência”. Penso que esse fato está relacionado a falta de produções que trabalham a racialização da violência no âmbito da psicologia. Assim sendo, nesta plataforma foram encontrados 85 resultados.

O mesmo processo de busca ocorreu na plataforma de dados do Google acadêmico. Mesmo se tratando de uma revisão narrativa, foram seguidos alguns passos da revisão sistemática de literatura. Em virtude do grande número de artigos na temática deste estudo nessa segunda plataforma, ao redor de 9 mil artigos, utilizei novos filtros para circunscrever melhor o meu objeto de análise. Assim sendo, selecionei 17 artigos para uma leitura cuidadosa. O critério de escolha da seleção foi buscar os artigos cujos títulos e resumos contemplavam as discussões acerca da temática deste trabalho. Estudos sobre revisão de literatura apontam que a revisão narrativa é quando a pesquisadora faz uma seleção arbitrária dos artigos, na qual se constata uma maior interferência da subjetividade na construção das informações (CORDEIRO et al, 2007; MARTINS, 2018).

Contudo, não foi possível realizar a leitura e a análise de todos os 17 textos escolhidos inicialmente, pois a rotina de uma estudante que pertence à classe trabalhadora, as demandas pessoais e acadêmicas nesta etapa da graduação, impossibilitaram a conclusão da proposta de análise desejada. Desta maneira, foram analisados oito artigos previamente selecionados conforme descrito e justificado anteriormente.

O segundo método de análise foi a articulação dos resultados achados na revisão narrativa da bibliografia com a construção de uma revisita aos diários de campo da minha atuação como bolsista de Iniciação Científica. Como já mencionado, atuei na pesquisa “*Racismo e Sofrimento Psíquico*”, nas

idades de Porto Alegre e de Pelotas, no período entre 2017 e 2019. A minha participação nessa pesquisa incluiu a aplicação de um instrumento sobre a percepção de racismo vivida por pessoas usuárias da Atenção Básica na cidade de Porto Alegre. Foram entrevistadas 480 pessoas na capital, passando por todas as regiões de saúde da cidade. Em Pelotas foram entrevistadas 100 usuárias/os. Também foram realizados grupos focais com trabalhadoras e usuárias do SUS, nas duas cidades, das quais participei observando as discussões e realizando registros no diário de campo.

3. PAREM DE NOS MATAR: VIOLÊNCIA CONTRA POPULAÇÃO NEGRA

Quanto mais negro, quanto mais melanina, mais alvo. Quanto mais negro, quanto mais negro juntos, mais alvo, mais Auto de resistência. E nessas horas estamos sós, desprotegidos e sós. Só depois, se sobrevivermos ao susto e à violência, a poesia nos acalantar^á (SILVA, 2016, p. 167).

A desigualdade racial no Brasil se faz presente em diversas situações cotidianas na vida da população negra, através das diferentes formas de operação do racismo. Contudo, uma grande representatividade desta desigualdade concentra-se na violência estatal e nos homicídios de pessoas negras no país, são inúmeros os casos e estudos que evidenciam o genocídio desta população no Brasil (CERQUEIRA et al, 2021; RAMOS et.al.,2021).

Além disso, no Brasil temos outra forma de representatividade dessa violência, que é o encarceramento em massa da população, e a seletividade penal. O Brasil, carrega a 3^a maior população carcerária do mundo, e esta, tem idade, gênero e cor; Os dados apontam que 54% da população carcerária no Brasil têm idade até 29 anos, 63,6% das pessoas privadas de liberdade se autodeclararam preto e pardo, e 94% são homens (INFOOPEN, 2017).

Angela Davis, ativista, feminista negra e filósofa estadunidense, conhecida por seus estudos e discussões sobre encarceramento e violência nos Estados Unidos, tornou-se uma grande crítica do sistema judicial carcerário no mundo. Em 2017, Ângela Davis, esteve no Brasil, e na coletiva de imprensa quando visitou a UFBA (Universidade Federal da Bahia), falou sobre o termo “Abolicionismo penal”. Para Davis, segundo Martinelli (2017), esse conceito faz relação a escravidão e o encarceramento em massa, uma vez que estas novas formas de punir estariam ligadas a práticas escravocratas e reforçam a violência, não a combatem. Abolicionismo penal, ultrapassa a ideia de uma reforma do sistema prisional apenas, pois isto para Davis, só reforçaria ainda mais o racismo e as práticas de aprisionamento. Lutar pela abolição de um sistema prisional exige uma transformação e reforma da sociedade também.

Não focar na repressão e na punição, mas sim em políticas que possibilitem o acesso à educação e saúde (MARTINELLI, 2017).

De acordo com um estudo da Rede de Observatórios da Segurança, intitulado *‘Pele alvo: a cor da violência policial’*, com dados obtidos via Lei de Acesso à Informação, uma pessoa negra é morta em ações policiais a cada quatro horas (RAMOS et al. 2021).

Este monitoramento ocorreu conforme os dados levantados em sete estados brasileiros (Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo). O estado da Bahia aparece como a região do Brasil com o maior percentual de pessoas negras mortas em ações policiais, ou seja, uma taxa de 98%. No Ceará, negros tem sete vezes mais chances de serem assassinados do que pessoas brancas, indicando-nos que o direito à vida é um privilégio, e não um direito de todos (RAMOS et al. 2021).

Cidinha da Silva (2016), em seu livro “Parem de nos matar”, cujo título inspirou o nome deste capítulo, nos alerta para um ponto importante. Ela diz, que não somos vítimas de racismo, somos alvo do racismo. Ao trocar o uso da palavra vítima para alvo, desloca-se a responsabilidade do crime de racismo para o agressor e não mais como se fosse para o oprimido. Complemento dizendo que, como consequência, somos alvo da violência, pois quanto mais negro, mais visível estamos aos olhos de quem mata (SILVA,2016).

Assim como para a autora a poesia é uma forma de refúgio ao sofrimento e a dor das violências contra e para nós negros. Penso que também é preciso rompermos o silêncio, reafirmamos as vidas que foram ceifadas, dar visibilidade aos tamanhos crimes bárbaros cometidos contra a população negra.

Então, pelo compromisso de não nos esquecermos daqueles que tiveram suas vidas interrompidas, por trás dos dados estatísticos, trago aqui a lembrança da existência de alguns dos nossos, diante tantos outros corpos negros estendidos no chão: Moïse Kabagambe, congolês de 24 anos que foi morto por espancamento na orla da Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro, no início deste ano. Durval Teófilo Filho, de 38 anos, outro homem negro, foi baleado pelo vizinho, sargento da marinha, ao ser confundido com

um bandido. Grávida e com 24 anos, Kathlen de Oliveira Romeu, morreu baleada pela polícia no dia 8 de junho de 2021, no complexo do Lins, zona norte da capital do RJ. João Alberto Silveira Freitas, tinha 40 anos, mais conhecido como Beto, morto por dois homens brancos que trabalhavam como seguranças em um supermercado de Porto Alegre, o asfixiaram. Beto, morreu como George Floyd, embora não tenha sido com o joelho de um policial em cima, mas sim com os joelhos de dois homens durante cinco minutos sobre seu corpo atirado no piso, já indefeso.

Um racismo estrutural enraizado em nosso país que sustenta e neutraliza um genocídio contra pessoas negras, sendo estes vistos como corpos matáveis, não seleciona idade. Emilly, Rebeca, Ágatha, João, Kauê, e Miguel, crianças e adolescentes negros/as que também carregaram o alvo da violência policial em seus corpos. E mesmo os números da violência no Brasil representando uma queda, a situação da violência contra os negros não acompanha esta redução. Ainda assim, se olharmos os dados por um recorte racial, verificamos que a taxa de redução de homicídio da população não negra é 50% maior do que a da população negra no período entre 2009 e 2019. Ou seja, quando falamos em “redução da violência” esses números não se aplicam à população preta (CERQUEIRA, et al., 2021).

3.1 FORMAS DE OPERAÇÃO DO RACISMO E AS RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DO GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA

Para compreendermos um pouco como o racismo opera neste contexto do genocídio da população negra, é preciso trazer brevemente a noção deste conceito. O Brasil é um país racista. Porém, a sociedade brasileira insiste em não admitir o racismo como um fator que estrutura e determina as relações raciais. Mesmo através de dados estatísticos que colocam a população negra dentre os sujeitos com piores condições de vida e de mortalidade (IBGE, 2019). O racismo neutraliza a gravidade das desigualdades raciais ao ponto que a sociedade como um todo não se espanta com esses dados.

Carlos Moore (2007, p.38), afirma que o “racismo é um fenômeno eminentemente histórico ligado a conflitos reais ocorridos na história dos povos”. Esse autor alerta para o risco de pensarmos o racismo apenas do ponto de vista ideológico, como muitas vezes ocorre. Essa forma de entender o racismo acaba por contribuir com noções de que as práticas, pensamentos e condutas racistas sejam de ordem puramente individual, intencionais e conscientes. Para o autor, o racismo é fenômeno concreto e real, não habitando apenas no campo das ideias e das escolhas, mas antecede ao processo escravista, produzido a partir de conflitos que ocorreram entre os povos desde a antiguidade (MOORE,2007). O racismo estrutura as sociedades, ele orienta globalmente a distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos. Em outras palavras, ele organiza de forma concreta e real a vida das pessoas causando efeitos graves na produção subjetiva de negros e brancos.

No caso do racismo institucional, ele opera em uma dimensão estrutural e baseia-se em ações, políticas institucionalizadas e governamentais que produzem e aumentam as vulnerabilidades sociais em todos os âmbitos na vida da população negra. Dentre essas vulnerabilidades está o direito à vida. No Brasil, a política de combate ao tráfico de drogas é um exemplo de como o racismo institucional opera na legitimação da morte por meio de uma estratégia do governo que deu base para uma política de estado proibicionista e repressiva, dada através das intervenções da polícia (WERNECK,2016).

Nessa perspectiva, o tráfico de drogas acaba sendo, na maioria dos casos, fácil acesso ao mundo de inclusão e status social, caracterizado também como um dos sub-empregos ocupados pela juventude negra. O racismo, que promove exclusão, possibilita ao tráfico de drogas oferecer acolhimento para os jovens, possibilitando aos mesmos recursos financeiros para seu sustento, e até mesmo de suas famílias (FLORES, 2016). A repressão policial ao tráfico de drogas gera conflitos muitas vezes com homicídios de jovens justificados pela criminalidade, inclusive aqueles que não possuem envolvimento com o tráfico e nem se envolveram em situações de crimes. Essas intervenções, não combatem o tráfico, cria-se uma guerra e

geram mortos, tendo como efeito a vitimização de toda a população (FLORES,2016).

Sendo assim, destacamos para as informações contidas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), que registram uma taxa de vítimas por homicídios dada pela atuação policial, em um percentual de pretos e pardos de 84,1% do total de vítimas cujo a raça/cor foi identificado nos registros, entre 2013 e 2021.

Ressaltando que esta informação é apenas daqueles que tinham no boletim de ocorrência policial a informação raça/cor, havendo possivelmente um subnotificação das mortes de pessoas negras, já que em 2020, 36,4% dos registros não tinham o campo raça/cor/etnia informado e em 2021 este percentual caiu para 31,1%. A seletividade policial é um tema estudado tanto no Brasil como em outros países e apesar dos índices elevados das taxas de letalidade policial serem disparadamente maiores para população negra, a raça/cor não é reconhecida como fator único e mobilizante para tais ações. Nas justificativas, a raça aparece como determinante variável para o crime, atrelada à classe, ao percentual da população no país, ao território e à criminalidade nas periferias, estas informações conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), frente a isso é preciso compreender que:

Se é necessário avançar urgentemente com o debate acerca da seletividade do emprego do uso da força pelas polícias brasileiras, excessivamente focada nos corpos negros, é necessário também reconhecer que existe uma demanda social por incriminação e eliminação da negritude brasileira historicamente consolidada no próprio projeto de nação do Brasil, ou seja: não é um problema exclusivamente da polícia, mas um problema social amplo o suficiente para que de sua solução dependa a própria possibilidade de nos considerarmos uma democracia (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p.87)

Para Sueli Carneiro (2005), no Brasil vivemos sob o impacto do dispositivo de racialidade, conceito desenvolvido a partir da discussão de biopoder elaborada por Michel Foucault. O dispositivo da racialidade torna-se uma ferramenta conceitual importante para entender a maneira como o racismo cumpre uma função estratégica mediante estas novas formas de poder sobre a vida da modernidade. A racialidade é usada a favor da lógica do biopoder, do

poder soberano, na premissa do “deixar viver ou deixar morrer”, no qual a negritude se instala sobre o signo da morte. Tais formas de exercer controle sobre a vida se dá de forma diferente quando interseccionada com gênero. Segundo Sueli Carneiro, para as mulheres negras o dispositivo da racialidade age por meio do controle da reprodução, e para os homens negros através da violência física e dos homicídios (CARNEIRO, 2005).

As proposições teóricas de Achille Mbembe(2016) sugerem que a noção de biopoder não é suficiente para evidenciar ou contabilizar as formas contemporâneas que subjagam a vida a favor da morte. O autor concebe o termo “necropolítica” para representar a política ao trabalho da morte. A necropolítica seria uma dessas formas pois está ligada diretamente à morte se compreendermos a política operando por meio da guerra, como uma maneira de exercício da soberania. A soberania para Mbembe(2016), é uma forma expressa de exercer o direito de matar, definir controle sobre a vida, que só é possível em um estado de exceção, pois torna-se o cenário ideal para exercer tal poder.

As taxas de homicídios apontadas pelos órgãos nacionais de pesquisa no Brasil, sendo estas disparadas em maior número para a população negra, sobretudo a juventude, materializam em números, a operação do racismo sobre esta lógica de poder que determina o valor de cada vida e cada morte. Contudo, para além dessas formas de poder que permitem o controle sobre a vida, das instituições governamentais e da polícia, há também outros dispositivos de controle social e cultural que sustentam a elite branca como classe dominante na hierarquia social. A mídia, os meios de comunicação, educação e produção literária são alguns desses exemplos que contribuem para que tais dispositivos baseados pela racialidade(CARNEIRO, 2005), reforçam o imaginário social estereotipado do sujeito negro. Impõe-se uma política do medo e da criminalização que naturaliza e justifica o extermínio dessa população sustentado por um Estado e uma sociedade estruturalmente racista.

3.2 PORQUÊ FALAMOS EM “GENOCÍDIO”?

O termo “genocídio” utilizado neste trabalho, é no intuito de apontar para uma das formas mais cruéis e visíveis do racismo: as mortes e o extermínio da população negra no país. Embora esta discussão a cerca do termo genocídio tenha seu foco voltado para os dados alarmantes de homicídios contra a juventude negra no país, torna-se importante ressaltar que, o genocídio não implica apenas no ato de matar fisicamente. Implica nas mortes simbólicas e materiais de determinada população por diferentes formas, incluindo a legitimação de discursos que naturalizam o extermínio de grupos, através da privação a saúde e acesso a outros meios de vida com qualidade (FREITAS,2020).

Contudo, foi o jurista polonês Raphael Lemkin, Judeu, quem fundou o termo “genocídio” no final da Segunda Guerra Mundial, após ter perdido sua família pelos ataques nazistas. A palavra criada por Lemkin, tinha o prefixo grego *genos* (significa raça, ou tribo) com o sufixo de origem latina *cídio* (significa matar). Devido seus estudos sobre o tema, Lemkin contribuiu diretamente para aprovação da Convenção sobre a Prevenção e Repressão do Genocídio aprovada em 1948 pela ONU - Organização das Nações Unidas (LIPPI, 2011).

No Brasil, esta convenção foi aprovada e decretada em 1952 sob o governo do presidente Getúlio Vargas (BRASIL,1952).⁴ Assim, no artigo II da Convenção de 1948 sobre o genocídio que trata da definição deste termo, diz o seguinte:

Na presente Convenção entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: a) matar membros do grupo; b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condição de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; d) adotar medidas

⁴ Decreto Nº 30.822, de 6 de maio de 1952. Promulga a convenção para a prevenção e a repressão do crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

destinadas a impedir os nascimentos no seio de grupo; e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo (BRASIL, 1952).

Além disso, na convenção de 1948, também é definido as diferentes formas de punição para este crime de genocídio quando o mesmo é reconhecido. Assim sendo, a discussão e conceituação sobre genocídio não é algo recente. Definir o conceito de genocídio não é nada simples uma vez que a discussão a cerca do assunto pode ser realizada através de diferentes prismas como do meio político, acadêmico, jurídico e das políticas públicas. Embora a conceitualização de genocídio seja complexa, o termo é usado em diferentes momentos históricos e a cada contexto vai ganhando contornos diferentes (ALVES, 2017).

No Brasil, a palavra genocídio ganha um emprego político e denunciativo através de alguns autores brasileiros, mas principalmente do escritor, artista, político e militante negro, Abdias Nascimento (2016). Trata-se da obra intitulada “O Genocídio do negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado” cuja primeira edição foi em 1978.

A obra de Nascimento é muito bem formulada com discussões diversas a respeito do negro no Brasil através das formas de atuação do racismo para tratar da noção de genocídio como um processo sistêmico e estrutural que atravessa a vida da população negra não apenas em uma morte física, mas cultural, política, econômica, psicológica e simbólica. O autor aponta para uma ideia de uma política genocida que atua em diferentes âmbitos da vida do negro desde seus contextos históricos, sociais e culturais. Destaca principalmente o projeto de embranquecimento dos negros construído a partir do mito da democracia racial. Um mito que permeia até os dias de hoje baseado no discurso da falsa harmonia racial através da miscigenação, que nada mais era desde a época da escravidão, a exploração sexual das mulheres negras pelos homens brancos. Para o autor, essa prática evidencia nitidamente uma maneira de extermínio da população negra sendo esta a ideia central da sua obra no que tange ao genocídio do negro no Brasil (NASCIMENTO, 2016).

No prefácio da obra Nascimento 1978, Florestan Fernandes(2016), fala sobre a contribuição de Abdias sobre o uso do conceito de genocídio, no caso do negro brasileiro:

Trata-se de uma palavra terrível e chocante para a hipocrisia conservadora. Contudo, o que se fez e se continua a fazer com o negro e com os seus descendentes merece outro qualitativo? Da escravidão, no início do período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso (FERNANDES, 2016, p.19).

Fernandes (2016, p.20), afirma ainda que “A abolição, por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio; ela própria intensificou-o nas áreas de vitalidade econômica, onde a mão de obra escrava ainda possuía utilidade”. Ao compreender as ideias trazidas até aqui, entende-se que no mundo contemporâneo a realidade do genocídio negro ainda se faz presente na estruturação da sociedade brasileira mesmo anos pós-abolição.

A noção de genocídio de Nascimento(2016) e necropolítica de Achille Mbembe (2016), associam-se quando pensamos nos debates atuais acerca do termo necropolítica. No mundo contemporâneo, e no pós-colonial, o termo necropolítica como brevemente discutimos na seção anterior, refere-se a uma política de morte e de extermínio autorizada por meio do uso livremente da violência no que refere-se aos homicídios dos negros no Brasil. Essa política de morte funda-se no Brasil desde a colonização e a escravização, determinando a vida das pessoas negras corpos passíveis à morte.

3.2.1 MOVIMENTO NEGRO: PROTAGONISTA NA DENÚNCIA DO GENOCÍDIO CONTRA OS(AS) NEGROS(AS)

Como citado anteriormente, a discussão acerca do reconhecimento de um genocídio no Brasil, já se estende desde muito tempo. Os autores e militantes que já traziam essa pauta da violência contra os negros, tomariam espanto ao ver o cenário atual da realidade no país. Para tanto, é importante ressaltar a devida importância dos movimentos negros e das lutas antiracistas na denuncia e existência da violência contra a juventude negra. Os movimentos

negros no Brasil são protagonistas na reivindicação de direitos da população negra, atuando na construção de políticas públicas e de ações afirmativas que garantem o acesso desta população à saúde, educação e principalmente: o fim do genocídio, e o direito à vida (FEFFERMANN, 2013).

Dito isto, foi criada pelo Senado Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens (CPIADJ), com objetivo de investigar causas e responsáveis pelo assassinato de jovens no Brasil. Para tanto, no relatório final desta CPI, afirma-se a articulação do movimento negro na utilização do termo do Genocídio como expressão máxima de um cotidiano “perverso e ignominioso” como relata Farias (2016):

Esta CPI, em consonância com os anseios do Movimento Negro, bem como com as conclusões de estudiosos e especialistas do tema, SF/16203.78871-55 34 assume aqui a expressão GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA como a que melhor se adequa à descrição da atual realidade em nosso país com relação ao assassinato dos jovens negros. O Brasil não pode conviver com um cotidiano tão perverso e ignominioso. Anualmente, milhares de vidas são ceifadas, milhares de famílias são desintegradas, milhares de mães perdem sua razão de viver. A hora é de repensarmos a ação do Estado, mais particularmente do aparato policial e jurídico, como forma de enfrentar essa questão. Para que em um futuro próximo tenhamos uma nação mais justa e igualitária onde as famílias, as mães e irmãos não tenham mais que chorar pela morte desses jovens (FARIAS, 2016, p. 33).

Diante disso, pergunto-me, assim como diz Feffermann (2013, p.2): “Que tempos são estes em que os jovens têm que se organizar em movimento para garantir a própria vida”?

Infelizmente sabemos que são tempos difíceis, principalmente no Brasil onde estamos vivendo um acirramento das desigualdades e do uso livremente das violências. Para tanto, a importância de resistirmos enquanto coletivo é dar voz em forma de denúncia, como aponta Gomes e Laborne:

Os movimentos sociais, as ações coletivas, os grupos culturais progressistas têm amplamente denunciado nos fóruns políticos, marchas, passeatas, conferências, encontros e redes sociais o quanto o nosso presente tem sido ameaçado pela violência. A violência é a negação do direito à vida (GOMES e LABORNE, 2018 p. 2).

Refletindo sobre o que aponta Gomes e Laborne (2018), de fato a violência é a negação do direito à vida, quando analisamos os dados da

violência cometida contra os jovens e percebemos que um jovem negro possui quase sete vezes mais chances de morrer do que um jovem branco. O direito à vida constitui-se como um privilégio dado aos brancos.

Embora se tenha tomado algumas medidas de enfrentamento a tal situação nos âmbitos governamentais, as ações do estado ainda são tímidas, e buscam reconhecer a causa e motivações para o extermínio da população negra, uma vez que nega-se, ou vela-se, a principal "macrocausa" deste problema: o racismo. Dessa forma, mostra-se muito mais eficaz as ações protagonizadas pela própria rede da juventude, dos estudos e das publicações dos institutos de pesquisas sobre o tema, das organizações e movimentos sociais (GOMES e LABORNE, 2018).

Assim, cabe associar a importância das organizações coletivas com a noção de quilombo, indicada por Nascimento (2021, p.220) como potência, resistência e poder: "Nós, no entanto, sabíamos de dentro que não tínhamos armas para a conquista do poder a não ser nos aglutinando. Daí o lema do *quilombo*: "Agrupamento, organização, distribuição e amor"". A autora afirma que inicialmente o movimento negro fundou-se na luta e resistência pela cultura e religiosidade dos negros, e embora tais reivindicações fossem necessárias, a esquerda intelectual os tinham como classe operária. Propagavam que as revoluções deveriam ser tomadas pelo discurso do ódio. Porém, o caminho escolhido por eles (militância negra da época) foi o da não violência. Ressalta ainda que:

Hoje ingressamos numa outra fase. As questões dos oprimidos, chamados genericamente de minorias - o negro, a mulher, o homossexual, a criança e o ancião -, foram discutidas exaustivamente por nós, e assim o movimento negro está organizado. Nesta nova etapa, o que podemos oferecer às esquerdas nas nossas relações é o know-how desta luta que tão bem empreendemos pela retomada da liberdade (NASCIMENTO, 2021, p. 220).

Beatriz Nascimento (2021), reflete com maestria sobre questões relacionadas a quilombos e movimento negro, pois assim como Abdias Nascimento, também citado neste capítulo, ambos tiveram suas trajetórias atravessadas por organizações de Frente Negra no Brasil na década de 70.

Sendo assim, é necessário destacar a importância dos movimentos sociais e do movimento negro como um agente coletivo que propõe e instaura mudanças políticas, educa e produz transformações sociais nos mais diversos âmbitos da sociedade brasileira.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme as tabelas apresentadas abaixo, cuja informações foram extraídas dos textos pesquisados, pretende-se analisar, de que forma a psicologia se coloca frente a problemática do genocídio da população negra. Propõe-se uma discussão crítica acerca dos achados nas produções textuais elegidas para este estudo. Em consonância com o objetivo principal deste trabalho, cujo qual é "Investigar de que forma a psicologia têm produzido conhecimentos sobre a temática do genocídio da população negra", consideramos alguns tópicos para sulear a leitura e análise dos textos. São estes: 1) Objetivo do texto; 2) Viés teórico/metodológico da psicologia utilizado para embasamento do texto; 3) qual o posicionamento da psicologia frente à temática abordada no texto; 4) Quais os principais conceitos são discutidos.

Tabela 1 - Textos Pesquisados do 1º ao 4º e suas principais considerações.

Estudo	Principais Achados
<p>1. Violências do Brasil: Que problemas e desafios se colocam à Psicologia (2019).</p>	<p>Discutir problemas e desafios colocados à psicologia através da violência no Brasil.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Referencial teórico da Psicologia Social Crítica; 2. Os principais conceitos: Necropolítica, Colonialidade e violência; 3. Analisar as implicações éticas da Psicologia na problematização de políticas de subjetivação a partir dos homicídios contra os jovens e do encarceramento em massa; 4. Visões para uma nova psicologia onde possamos alterar a ideia de sujeito que temos no mundo e descolonização dos nossos pensamentos e práticas;
<p>2. "Tortura que não acaba": Análise do Sofrimento de mães de jovens assassinados em fortaleza (2022).</p>	<p>Analisar por um prisma interseccional, o sofrimento psicossocial de mães de jovens assassinados.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Referencial teórico da Psicologia Social; 2. Principais conceitos: Interseccionalidade, sofrimento psicossocial e Necropolítica; 3. Compreensão das diversas forças nos agenciamentos coletivos que produzem o sofrimentos e suas articulações com a política de

	<p>matabilidade de corpos negros e periféricos;</p> <p>4. Importância do rompimento das perspectivas individualizantes das dores advindas das perdas e da interseccionalidade de marcadores sociais como gênero, classe e raça;</p>
<p>3. A Compreensão e denúncia das violências raciais como Genocídio da população negra (2020).</p>	<p>Reflete sobre a definição e compreensão das relações raciais no Brasil e as violências imbricadas nesse processo enquanto um genocídio da população negra.</p> <p>1. Referência Teórico não é da Psicologia, autor é das Ciências Sociais e da Educação;</p> <p>2. Principais conceitos: Genocídio, Movimentos sociais, necropolítica/necropoder;</p> <p>3. Entendimento das violências raciais brasileiras enquanto um genocídio da população negra como uma estratégia política dos movimentos sociais negros.</p>
<p>4. Sistema prisional e Segurança pública: Inquietações e contribuições da Psicologia(2018).</p>	<p>Dossiê da revista Psicologia: Ciência e Profissão, sobre um número temático de publicações sobre Sistema Prisional e Segurança Pública</p> <p>1. Referencial teórico da Psicologia social e institucional;</p> <p>2. Principais conceitos: Interseccionalidade, gênero, raça, classe, subjetividade e necropolítica;</p> <p>3. Problematização das questões sociopolíticas do país e as implicações dos saberes e fazeres da psicologia neste contexto;</p> <p>4. Defesa de um posicionamento ético e político do campo da psicologia frente a questões como encarceramento, juventude, homicídios, e violências de gênero;</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Tabela 2 - Textos Pesquisados do 5º ao 8º e suas principais considerações.

Estudo	Principais Achados
<p>5. Violência urbana e saúde mental: Por narrativas em primeira pessoa (2019).</p>	<p>Buscou acessar a profundidade psíquica dos impactos da violência urbana na subjetividade de pessoas que viveram a experiência da violência através de narrativas gravadas.</p> <p>1. Referencial teórico pelo viés da Saúde Coletiva e da Psiquiatria;</p> <p>2. Principais conceitos: Interseccionalidade, violência urbana, território, trauma e saúde mental;</p> <p>3. A temática não pode ser reduzida à incidência de transtornos mentais, as entrevistadas sinalizam o trauma, a desterritorialização, o</p>

	<p>prolongamento do luto;</p> <p>4. A intervenção do poder dos códigos da violência na autonomia subjetiva e identitária como questões que fazem a interface entre violência e saúde mental.</p>
<p>6. Análises interseccionais a partir da raça e da classe: Medo do crime e autoritarismo no Brasil (2018).</p>	<p>Análise interseccional quantitativa, em que medida os marcadores de raça/classe interferem no medo do crime e no autoritarismo em contexto brasileiro 1.Referencial Teórico: Psicologia Social e teóricos pós-colonial 2.Principais conceitos: Interseccionalidade, autoritarismo, necropolítica, medo, raça e classe 3.Campo da segurança pública como produtor de fenômenos sociais e subjetivações não marginalizadas ou aniquiladas pela violência urbana. 4.Necessidade de novos olhares para uma produção de conhecimento das desigualdades sociais e dos processos de exclusão</p>
<p>7. Expressão do luto na população negra: Entre o invisível e o patológico (2021).</p>	<p>Destacar os processos de interdição social da expressão de sofrimento, particularmente do luto;</p> <p>1. Referencial teórico: perspectiva da psicologia clínica em saúde mental e da saúde coletiva;</p> <p>2. Principais conceitos: Luto, racismo estrutural, necropolítica;</p> <p>3. Crítica a literatura existente sobre morte e luto apontando para uma invisibilidade das questões que abrangem as singularidades da população negra no que tange a fatores protetivos e de cuidado em saúde mental, bem como a impossibilidade da expressão dos "nossos" lutos;</p>
<p>8. O Racismo como sofrimento psíquico: Atuação de psicólogos no atendimento à população negra (2020).</p>	<p>Analisar como os profissionais de psicologia abordam as questões raciais no âmbito da sua prática clínica.</p> <p>1. Referencial teórico: perspectiva da psicologia clínica em saúde mental;</p> <p>2. Principais conceitos: Racismo e saúde mental;</p> <p>3. Racismo como causador de impacto na constituição da identidade e subjetividade negra;</p> <p>4. Dificuldade dos psicólogos em nomear/identificar o sofrimento das pessoas negras como racismo;</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4.1 PERCEPÇÕES INICIAIS E A FUNÇÃO POLÍTICA DA PSICOLOGIA

Ao realizar a análise dos escritos elegidos para este trabalho, percebe-se que os textos no geral trazem em seu objetivo principal, refletir, analisar e problematizar questões que dizem respeito ao rompimento das normas e das desigualdades sociais, e suas implicações diante das relações entre sujeitos e sociedade. Apontam para questões relativas à população negra no que tange ao âmbito político, das violências raciais e dos impactos do racismo na saúde. Interessante pontuar que o texto 1, 4, e 8, desde o seu objetivo destacam o fazer da psicologia frente às questões sócio-políticas e os modos de subjetivação, falaremos melhor desses textos a seguir.

Ao que se refere ao viés teórico/metodológico da psicologia utilizado para embasamento dos textos, destacamos a prevalência da Psicologia social nas discussões dos textos analisados. Podemos associar este fato, a demanda crescente de profissionais da área da psicologia no campo das políticas públicas, tanto no âmbito das produções de conhecimentos como das reformulações das práticas psis e do exercício da profissão (GUARESCHI, 2017).

Outro fato a que podemos associar a prevalência da Psicologia social nos textos, é que a maioria dos autores, embora acadêmicos de Psicologia, atuam em áreas relacionadas a ciências sociais, políticas públicas, saúde pública, saúde coletiva e segurança pública, pelo viés da psicologia social. Penso que este fato está atrelado a temática discutida nos textos e neste trabalho de conclusão. Por se tratar do fenômeno da violência no Brasil, este assunto é debatido e discutido predominantemente no que tange às áreas citadas. Além disso, observa-se a psicologia como uma área transversal e interdisciplinar tanto no que refere-se à produção de conhecimento, como ao exercício do fazer da profissão.

Mas, o que é Psicologia Social? A psicologia, em seu sentido geral, é vista como área da ciência que estuda o comportamento humano desde nossos processos conscientes até o inconsciente. Silva Lane (2017), uma das teóricas consideradas mais importantes para a Psicologia social brasileira, nos

aponta que nosso modo de agir e sentir é determinado pelo grupo social a qual pertencemos. Desta forma, a psicologia social estuda a relação entre indivíduo e sociedade considerando que somos mais do que apenas indivíduos no mundo, mas focando no comportamento a partir dos aspectos histórico-sociais dos sujeitos (LANE, 2017).

Contudo, problematizar questões sociopolíticas do nosso país, neste contexto da violência e do genocídio da população negra por exemplo, não são fazeres apenas do âmbito da psicologia social, mas da psicologia como um todo. Porém, não cabe a esta análise afirmar que outras áreas da psicologia não estão falando sobre esse assunto, mas busca-se aqui discutir sobre os achados nas produções textuais utilizadas nesse trabalho. Pois, ao realizar a busca dos artigos para essa discussão, utilizamos apenas o termo “Psicologia” no intuito de não delimitar a busca para uma abordagem específica deste campo do conhecimento, mas sim identificar a partir dos resultados encontrados quais áreas da psicologia apareceriam nos estudos sobre este tema.

Diante disso, é importante nos atentarmos para uma articulação e compreensão da função política da psicologia, não apenas pela vertente da psicologia social e das políticas públicas, mas da clínica em seu sentido ampliado e contemporâneo. No entanto, essa não é uma discussão nova, já que estudos apontam para a clínica, mais especificamente a clínica psicanalítica, como prática política também (MORI,2018; GONDAR,2004).

Para tanto, podemos observar essa articulação entre clínica e política nos textos 5, 7, e 8, cujos quais os autores problematizam os impactos do racismo da constituição do sujeito negro(a), do sofrimento psíquico das pessoas negras frente a perda e ao luto, e das práticas de profissionais da psicologia no contexto da prática clínica e da saúde mental. Contudo, ainda é a psicologia social que caracteriza-se por afirmar e assumir um compromisso ético-sócio-político em suas práticas .

4.2 O QUE A PSICOLOGIA TEM A DIZER SOBRE O GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA?

Primeiro, é possível dizer que a psicologia tem falado sobre os homicídios da população negra, sendo a juventude negra mais citada nos textos, dado a alta taxa de mortalidade letal para esta faixa-etária da população negra no país.

No que tange às produções analisadas, em todas as discussões propostas nos textos, há uma articulação com o fenômeno dos homicídios da população negra. A expressão de “genocídio da população negra” para nomear o fenômeno das violências raciais, aparece no texto 3: *A COMPREENSÃO E DENÚNCIA DAS VIOLÊNCIAS RACIAIS COMO GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA*, de forma mais explícita e denunciativa. Embora este autor não seja propriamente do campo da psicologia, foi possível compreender as violências raciais, imbricadas num processo de genocídio da população negra.

Freitas (2020), também discute a importância dos movimentos sociais negros utilizarem a expressão de “genocídio” sobre as mortes dos jovens como uma estratégia política e denunciativa de enfrentamento. Este autor traz referências como Nilma Lima Gomes, uma autora viva e muito importante na questão da educação antirracista. É uma intelectual negra que também escreve histórias infantis. No entanto, os textos 1,2,5 e 6 centralizam a temática da violência como disparador para as discussões abordadas. Importante frisar que a racialização das violências e a interseccionalidade com raça, gênero e classe, é posta na maioria das análises produzidas pelos autores. Entretanto, o texto 5: *VIOLÊNCIA URBANA E SAÚDE MENTAL: POR NARRATIVAS EM PRIMEIRA PESSOA*, cujo qual relaciona as experiências marcantes de violência (homicídios de familiares) com os agravos à saúde mental das entrevistadas, pouco discute sobre a interseccionalidade de raça, senão em momentos que uma entrevistada negra, coloca em questão a sua raça e classe (SCHMIDT E SERPA, 2019). Porém, o conceito de interseccionalidade, e o marcador social de raça, não foi considerado um analisador proposto na discussão, nem mesmo o quesito raça/cor das entrevistadas. Em contrapartida, o texto 2:

“TORTURA QUE NÃO ACABA”. “ ANÁLISE DO SOFRIMENTO DE MÃES DE JOVENS ASSASSINADOS EM FORTALEZA”, traz a importância do conceito de interseccionalidade como um dispositivo analítico para o sofrimento de mães de jovens assassinados, pois é inviável analisar o sofrimento psicossocial dessas mães sem pensar o lugar social de subalternização que ocupam considerando os marcadores sociais de gênero, raça e classe (RODRIGUES et al.,2022).

Ao encontro das ideias de Patricia Hill Collins, intelectual e feminista negra estadunidense, Akotirene (2019), considera a interseccionalidade como um “sistema de opressão interligado” pois:

(...) enquanto as mulheres brancas têm medo de que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pela necropolítica, que confessional e militarmente matam e deixam morrer, contrariando o discurso cristão eletista-branco de valorização da vida e contra o aborto que é um direito reprodutivo (AKOTIRENE, 2019, p. 15).

Ou seja, quando falamos de sofrimento psíquico das pessoas pretas em relação ao genocídio da população negra, sabemos que todas as pessoas que perdem familiares vítimas de violência sofrem. Contudo, a interseccionalidade de raça, gênero e classe, fornece uma outra identidade ao sofrimento dessas mães, que não é a mesma de mulheres mães brancas, por exemplo. Afinal, toda e qualquer mulher vive essa realidade da perda de um filho dada por um assassinato? O que faz umas estarem mais submetidas a esta realidade do que as outras? Podemos responder a essas perguntas pela via da interseccionalidade como dito aqui que configura-se como um sistema de opressões seja pela identidade racial, de gênero, classe ou outras, que se sobrepõem e estabelecem relações interseccionais de poder. Organizam e estruturam posições sociais, que para os/as negros/as em destaque a mulher negra, desde a colonização e agora na contemporaneidade são lugares de subalternização, inferioridade, vulnerabilidade e desigualdade frente a uma hierarquia social, racial e econômica (AKOTIRENE, 2019).

Todos esses fatores contribuem para uma realidade mais propensa a perda, principalmente para as mulheres negras. Pela via da minha própria experiência, como filha, afilhada, sobrinha e amiga, pude compartilhar e

vivenciar dores de todas essas mulheres a qual citei os vínculos e que perderam seus filhos não por nenhuma doença ou morte natural. Mas que apesar de diferentes motivos e contextos dado o homicídio de seus filhos, todas vitimadas por esse “sistema de opressão” que as afeta de modo peculiar e subjetivo visto por um contexto histórico e social. De fato, a experiência da perda de algum familiar dada por homicídio, constitui-se como uma realidade mais presente na vida das pessoas negras (SILVEIRA et. al, 2020). Não podemos normalizar ou naturalizar esse fato, uma vez que determinadas pessoas morrem mais que outras. Portanto, o racismo como um dos principais articulador dessa experiência, constitui e orienta de maneira distinta as relações, inclusive entre famílias brancas e pretas, principalmente no que tange a violência:

Ser mãe de um jovem negro, hoje, é uma operação de alto risco. Enquanto a mãe branca de classe média diz ao seu filho para levar o agasalho quando este sai no sábado à noite, nós, mulheres e mães negras, dizemos aos nossos filhos: cuidado com a polícia, se for parado não responda com grosseria, leve os documentos sempre, não ande sozinho (GOMES e LABORNE, 2018, p. 15).

Esse relato apareceu por parte de uma mulher e mãe negra em um evento em que uma das autoras deste artigo participou (GOMES e LABORNE, 2018). Reforça ainda mais a importância do olhar interseccional para a compreensão das relações raciais na nossa sociedade, e como os marcadores de raça alteram as configurações familiares.

Tal relato, dialoga com a minha experiência de campo como bolsista na pesquisa a qual originou meus estudos nessa temática, em que escutei e vivenciei outros depoimentos como estes. A pesquisa que tinha como principal objetivo avaliar os impactos do racismo na saúde mental de usuários que frequentam o SUS, tinha como método de coleta de dados, tanto a realização de grupos focais com trabalhadores(as) da área da saúde, como entrevistas com usuários(as) que acessam as unidades básicas de saúde (UBS).

Em ambas as formas de coleta de dados, vários foram os relatos das tamanhas violências marcadas na experiência de homens e mulheres negras (SILVEIRA, et. al, 2020). Lembro de uma cena em que ao entrevistar uma mulher negra em uma UBS na cidade de Porto Alegre localizada numa

comunidade na zona sul, fazíamos uma pergunta para verificar se já tinha ocorrido algum homicídio na sua família, ou nas suas relações pessoais próximas. Esta era uma pergunta que eu nunca queria fazer, pois o nervosismo antecipava a minha angústia com medo de como a resposta do/a entrevistado/a iria reverberar sobre mim, por estar também atravessada por esta experiência da perda.

Em uma dessas entrevistas com uma mulher negra, ao chegarmos nessa questão desatou a chorar, pois não fazia muito tempo que tinha perdido seu filho por assassinato. Demos um copo com água a ela, e sugeri interrompermos a entrevista. Ela decidiu continuar mesmo com a lembrança que trouxe a tona a sua dor, e fez um desabafo da situação que estava vivendo, que envolvia não somente a perda, mas toda uma vida precarizada. Evocava em mim um sentimento de frustração, mas também de acolhimento a essas dores.

Esse acolhimento não partia apenas da minha posição de bolsista e estudante de graduação em psicologia, mas de uma mulher negra, que também reconhecia aquela dor nos seus. Pelo fato de já ter visto familiares e pessoas próximas em situações similares, sentia na pele (literalmente), o sofrimento da entrevistada. Essas angústias, sentimentos e experiências que vivíamos no trabalho de campo, eram depois abordadas e trabalhadas no coletivo do grupo de trabalho a fim de discutir os impactos e intercorrências dessas experiências tanto na produção de conhecimento através das trocas, quanto como efeito de uma acolhida terapêutica entre nós bolsistas e atuantes da pesquisa.

Nessa direção, o texto 7: *Expressão do luto na população negra: Entre o invisível e o patológico* de autoria de uma mulher negra, Psicóloga e Doutora em Saúde Pública Jeane Saskya Campos Tavares, aborda os processos de interdição social da expressão de sofrimento mais especificamente essa experiência do luto e saúde mental em decorrência do genocídio da população negra (TAVARES,2021).

A expressão “Luto pra mim é verbo” é usada para apontar o quão não podemos e somos impedidos de viver os nossos lutos, seja na experiência

individual da perda, ou coletiva perante as mortes. Essa expressão, mostra que estamos em constante alerta, sendo necessário sempre lutar pelo direito de existir e nos impedindo de viver, mas sobreviver. Ao falar sobre o conceito de luto, Tavares(2021), crítica o fato de não termos uma abordagem do luto de acordo com a população em que se vive no Brasil, sendo os negros representantes de mais da metade da população do país (IBGE,2019). Segundo a autora, as expressões para o luto ainda baseiam-se dentro de uma lógica eurocentrada e branca. Conforme Tavares afirma em outro lugar:

(...) O desprezo e o desvalor da vida negra no Brasil nos fazem sofrer, nos impedem de aprender a viver o luto coletivo e nos roubam o tempo necessário para vivermos os lutos individuais. Com as repetidas experiências de desamparo em meio à violência racial, aprendemos a não pedir ajuda e a não esperar apoio. Resistimos, sobrevivemos, avançamos, temos momentos de felicidade, mas não estamos bem (TAVARES, 2020).

Não estamos bem! Como ficam os sobreviventes? Na pesquisa em que participei e dialoguei com essa discussão, foi utilizado como objeto de análise o SRQ-20 (*Self-Reporting Questionnaire*). Este, é um instrumento de coleta de dados desenvolvido para produzir indicadores epidemiológicos na área da saúde sobre transtornos mentais, conta com 20 questões para rastreamento de transtornos não-psicóticos. Ao analisar o cruzamento dos dados da aplicação deste instrumento pela variável raça/cor não houve diferenças significativas entre brancos e negros para rastreamento de sofrimento psíquico. Ou seja, este instrumento foi construído para rastreamento de sintomas gerais de sofrimento psíquico, não sendo capaz de abranger e avaliar as especificidades de um sofrimento produzido pelo racismo (SILVEIRA et.al,2020).

Reforça a ideia que Tavares(2021) aponta no texto 7, no que refere-se a falta de uma base técnica, teórica e científica que possa considerar as especificidades do cuidado em saúde para a população negra. Entretanto, os dados estatísticos da pesquisa em que atuei, mostraram que as pessoas negras usuárias do SUS, possuem os maiores indicadores para representação do medo em relação a seus familiares ou pessoas próximas serem confundidas com assaltantes ou traficantes, e da violência policial, em comparação aos brancos respondentes da pesquisa. Porém, ao cruzar a pontuação do SRQ-20

para o sofrimento psíquico com os medos e angústias destacados, o estudo identificou que os negros/as que possuem medo da violência policial contra seus familiares, têm 76% a mais de chance de manifestar algum sofrimento psíquico (SILVEIRA et al.,2020). Aqui, analisamos o fator do medo, como regulador das relações sociais, da produção de subjetividades acudadas, e como produtor de adoecimento psíquico, atuando como um operador político (RODRIGUES et.al.,2022).

Seguindo essa discussão sobre cuidado e atenção à saúde da população negra, cito aqui o texto 8: *O racismo como sofrimento psíquico: Atuação de psicólogos no atendimento à população negra*, cujo qual apresenta uma análise de como os profissionais de psicologia abordam as questões raciais nas suas práticas clínicas (ESTÁCIO, SILVA e HENRIQUES,2020). O estudo aponta que muitos psicólogos através de suas práticas deslegitimam e desconsideram o racismo como uma problemática em saúde, por muitos motivos, desde a formação, até um certo “estranhamento com o tema” (ESTÁCIO, SILVA e HENRIQUES,2020) .

O que podemos definir como impacto de um racismo estrutural que abrange não somente pessoas, mas instituições, inclusive as instituições de ensino acadêmicas. No entanto, no âmbito dos impactos da violência contra a população negra, esse estudo mostra que:

(...) tal situação na prática clínica é percebida quando, nos depoimentos é mencionado o medo que crianças negras tem da polícia e de como isso pode produzir impactos na psique desses jovens e familiares, já que convivem com o medo da morte iminente, por conta do genocídio da população negra, pobre e periférica, que tem na violência policial um dos seus principais algozes. As ações violentas em periferias fazem com que essas crianças tenham uma infância aterrorizadora, ao contrário da maior parte de brancas, que em seus contextos podem perceber a polícia como uma espécie de mito heroico (ESTÁCIO, SILVA e HENRIQUES,2020, p.2).

Diante disso, questiono-me: Quem se preocupa com isso? São diversos as formas que o racismo e todos os eventos que daí decorrem, como o genocídio, o sofrimento, luto e adoecimento da população negra, interferem na construção de identidade, nos modos de subjetivação do negro, e saúde da população negra. Dessa forma, o racismo é considerado um Determinante

Social da Saúde (DSS) para a população negra, pela Organização Mundial da Saúde(OMS), desde 2005 (WERNECK, 2016), reconhecendo que os aspectos do âmbito social e racial estão diretamente ligados com os aspectos do âmbito da saúde (GARBOIS et. al.,2017).

Portanto, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), uma política do SUS, foi instituída em 2009⁵, com a responsabilidade junto às esferas governamentais, estaduais e municipais, e ao ministério da saúde, de combater as desigualdades no SUS. Dessa forma:

A partir da publicação dessa Política, o Ministério da Saúde reconhece e assume a necessidade da instituição de mecanismos de promoção da saúde integral da população negra e do enfrentamento ao racismo institucional no SUS, com vistas à superação das barreiras estruturais e cotidianas que incide negativamente nos indicadores de saúde dessa população - precocidade dos óbitos, altas taxas de mortalidade materna e infantil, maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas e altos índices de violência (BRASIL, 2017, p. 8).

Ou seja, passados 13 anos da instauração desta política, mesmo o Ministério da saúde tendo reconhecido as singularidades do cuidado e promoção em saúde para a população negra, a área da saúde, no caso o SUS, ainda não possui a implementação efetiva da PNSIPN. Uma vez que, ainda há resistências em reconhecer o racismo como determinante dos processos de saúde dos povos negros, bem como o poder assegurado pela branquitude no que diz respeito a produção de conhecimentos no contexto biomédico (SILVEIRA et. al, 2020).

Essa percepção também surgiu durante o trabalho de campo da pesquisa a qual já citei nesse trabalho, em que participei da observação de grupos focais realizados com trabalhadores(as) do SUS. Alguns trabalhadores que participaram destes grupos relataram desconhecer esta política.

Situação alarmante e que nos preocupa o fato da falta de acesso ao conhecimento e de formações sobre a saúde da população negra e de outros povos originários, para os profissionais da saúde pública. Portanto, ocuparmos

⁵ Com vistas à promoção da equidade em saúde e orientado pelos princípios e diretrizes da integralidade, equidade, universalidade e participação social, em consonância com o Pacto pela Saúde e a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS (ParticipaSUS), o Ministério da Saúde instituiu, em 2009, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), por meio da Portaria GM/MS nº 992, de 13 de maio de 2009.

dessa temática da violência contra população negra, como atuantes no enfrentamento ao racismo e na promoção da equidade em saúde, também é um compromisso que cabe à Psicologia. Como bem discute os textos 7 e 8, que nos apresentaram uma discussão sobre como é tratado os aspectos da saúde da população negra no que tange ao sofrimento psíquico e ao luto devido às intercorrências do racismo e as múltiplas violências que dele se sucedem pelo viés da psicologia.

Apesar de tardiamente, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), lançou em 2017 a publicação da cartilha de Referências Técnicas para atuação da(o) psicóloga(o) nas relações raciais. Este documento é ancorado principalmente na Resolução CFP nº 18/2002⁶, que há 20 anos estabelece as normas de atuação para as(os) psicólogas(as) em relação a preconceito e discriminação racial (CFP, 2017).

Embora as práticas e fazeres de muitos profissionais da psicologia não estejam ainda de acordo com o que se estabelece nesses documentos (ESTÁCIO, SILVA e HENRIQUES,2020), este material publicado pelo conselho nos fornece uma ampla visão de como a psicologia tem se posicionado frente a temática das relações étnico- raciais. Esta posição da psicologia atualmente, ainda reforça estereótipos de discriminações e um olhar de psicologização da sociedade e de silenciamento frente às desigualdades, incluindo o racismo. Porém, a partir dos anos 2000, com a contribuição do movimento negro e de psicólogas negras, a psicologia passa a ingressar formalmente e institucionalmente na temática racial. Esta influência dos negros/as, resultaram na criação de grupos de trabalhos e comissões, produções de conhecimentos e publicações, debates e encontros nacionais sobre as questões raciais e a psicologia, fazendo com que atualmente este tema esteja em circulação e seja debatido institucionalmente (CFP, 2017).

⁶ Resolução CFP Nº 18/2002: Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial. Link de acesso a resolução: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-18-2002-estabelece-normas-de-atuacao-para-os-psicologos-em-relacao-a-preconceito-e-discriminacao-racial?origin=instituicao&q=racismo>

Retomando o diálogo com os textos analisados para esse trabalho, os textos 1: *Violências do Brasil: Que problemas e desafios se colocam à Psicologia?*, o texto 4: *Sistema prisional e segurança Pública: Inquietações e contribuições da à Psicologia*, e o texto 8: *O racismo como sofrimento psíquico: Atuação de Psicólogos no Atendimento à população negra*, colocam em análise o fazer da psicologia frente às questões raciais e do cenário de violência no Brasil, como discussão central. Em um contexto geral, percebe-se que através dos textos, a psicologia têm acolhido a problemática da violência e do genocídio contra a população negra discutindo criticamente as políticas de segurança, o sistema prisional e o encarceramento em massa no país, problematizando a produção subjetiva de vidas, e colocando para debates as inquietações e desafios para a área da psicologia no que diz respeito a esses assuntos. Um conceito muito usado na maioria dos textos, é o de Necropolítica do filósofo, teórico político, historiador, intelectual e professor universitário camaronês, Achille Mbembe.

Este é um conceito contemporâneo, e de acordo com as tabelas dos resultados, podemos observar que este conceito em sua maioria aparece nos textos cuja abordagem teórica é a Psicologia Social. De acordo com análise realizada dos textos, o que se argumenta pelo olhar da psicologia através deste conceito é de que a necropolítica representa no Brasil, uma política de matalidade e extermínio da população negra. Ou seja, o conceito de necropolítica opera também como um dispositivo de análise que nos permite olhar não apenas para as mortes, mas como elas acontecem, sendo estas de forma racializada e baseadas ainda em uma lógica colonial. Este conceito se aplica nos textos e na utilização da psicologia social como um forte indicador de análise do campo das violências.

Por fim, os achados nos textos, apontam que nos últimos anos a psicologia tem tomado cada vez mais o campo das violências como campo de estudo, intervenção e produções científicas (UZIEL et. al, 2018; BARROS, BENÍCIO e BICALHO, 2019). Entretanto, no que visa às práticas que abordem as singularidades no cuidado em relação às múltiplas violências que atingem a população negra em diferentes âmbitos, ainda há carência de estudos na

articulação entre violência e saúde mental (SCHMIDT e SERPA,2019; TAVARES,2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA PSICOLOGIA

Este trabalho não possui a proposta de analisar toda a dimensão da temática escolhida, tampouco possui recursos para diversas questões diante da complexidade do assunto. Compreende-se que é preciso uma revisão da bibliografia sobre o tema mais profunda e cuidadosa para futuros estudos. Diante do exposto, a análise dos estudos possibilitou compreender que a Psicologia, mais especificamente a Psicologia Social, têm produzido conhecimentos sobre questões que tratam do genocídio da população negra e dos impactos dessa triste realidade no cotidiano.

Destaco os conceitos de Necropolítica, Interseccionalidade e Subjetividade cujos quais foram os mais utilizados para embasar as discussões dos textos analisados pela perspectiva da psicologia. Então, pode-se dizer que a psicologia tem visto a problemática do genocídio da população negra e seus efeitos, não somente pelo viés do adoecimento físico e mental como muitos estudos já apontam, mas articulados com uma política de morte sustentada pelo racismo, que está ligada diretamente a questão racial, e as interseccionalidade de classe e gênero. Contudo, essa discussão ainda é centrada em áreas das Ciências Sociais, Direitos Humanos e Segurança Pública (FLORES,2016; FREITAS,2020).

Apesar de alguns avanços no que refere-se a inserção da Psicologia no estudo das relações étnico-raciais e nas questões que dizem respeito à população negra (CFP,2017), é preciso contemplar as particularidades e diferenças étnico-raciais dos sujeitos para qual destinamos nossas práticas, nossos estudos, e nosso cuidado. A psicologia como um campo da saúde, mas que também se articula em outras áreas do conhecimento, deve contribuir com novas maneiras de pensar sobre o cuidado da saúde nesse contexto do genocídio da população negra, visto que é uma questão de saúde pública, social e política. Essas novas maneiras que também apareceram nos textos, envolvem uma outra concepção de sujeito que não o sujeito branco e universal, analisar os modos de produção subjetiva de vidas, principalmente a da

juventude negra vista como corpos matáveis e vidas (in)vivíveis, termo retratado no texto de Barros, Bicalho e Benício (2019), por uma perspectiva psicossocial do cuidado em saúde. É preciso compreender que conforme apontei neste trabalho, a dinâmica do genocídio é um processo, que atravessa a vida dos negros em todos os âmbitos e não apenas na morte física. Sendo assim, os efeitos dessa violência racial, como o sofrimento, o luto, o medo, o silenciamento, a desterritorialização, o trauma e tantos outros discutidos nos textos, são compreendidos como sendo expressões desse genocídio, operando como um dos modos do “fazer morrer” sem que ocorra o assassinato direto da população negra (RODRIGUES et. al., 2022).

Portanto, este trabalho buscou investigar as formas que a psicologia se posiciona frente a esta temática do genocídio da população negra. Proponho que possamos juntos ir em busca da construção de uma nova psicologia, na articulação entre clínica e política, e que possamos desconstruir a visão científica da psicologia nos ocupando também reais problemas da nossa sociedade e principalmente da população negra.

Para concluir, digo que a minha formação em psicologia foi atravessada por tantos movimentos e acontecimentos que marcaram também a minha trajetória neste curso, desde o início. Destaco a mobilização estudantil através das ocupações das universidades e das escolas em 2016 ano que ingressei na UFRGS, e que contribuíram para que eu pudesse entender desde então, a importância do coletivo e da luta por nossos direitos. Mais recentemente, destaco também a pandemia da COVID -19 que embora atingiu toda a população brasileira, acirrou as desigualdades sociais e econômicas colocando a população negra nos maiores índices de morte e vulnerabilidades (CONCEIÇÃO SILVA, MORAIS e SANTOS,2020).

Finalizo este trabalho trazendo um dito da filosofia africana que é a palavra “Ubuntu: *Eu sou porque pertença*” ligada a ideia de existências conectadas entre um povo. Portanto, cada bala, cada morte, cada dor da perda, é sentida na coletividade entre nós pessoas negras, pois resistimos a um luto que nunca cessa. Pelo direito de envelhecermos, por um mundo onde crianças e jovens possam sonhar e realizar: seguimos resistindo.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Arthur Gomes de. **A história de A. : escritórias de um aluno cotista negro no Curso de Psicologia da UFRGS**. UFRGS. 2018 Acesso em 01/10/2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193342>

ALVES, Joyce A. de. **À Violência racial e a construção social do 'genocídio da população negra'**. Caxambu/MG: 41º Encontro Anual da ANPOCS, 2017.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.

In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, Ano 16. Edição 2022.

BARCELLOS, J. R. S. **Formação em psicologia e a educação das relações raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e região metropolitana**. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. 2016.

BATISTA, Alisson Ferreira. **Trajeto e percursos : das (im)possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia**. UFRGS. 2016 Acesso em 01/10/2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157424>

BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, Luís Fernando de Souza; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. **Violências no Brasil: que problemas e desafios se colocam à Psicologia?**. Psicologia: ciência e profissão, v. 39, 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: Uma política para o SUS**. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participação. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. 3ª Edição. 3 reimpresso. Brasília. Editora Ministério da Saúde. 2017

BRASIL. Decreto Nº 30.822, de 6 de maio de 1952. **Promulga a convenção para a prevenção e a repressão do crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.** Acesso em 10/09/2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1952/d30822.html, 1952.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da Violência.** São Paulo: FBSP. São Paulo. FBSP, 2021.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. **Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde,** p. 143-153, 2008.

COLLINS, Patricia Hill, and Bilge, Sirma. **Interseccionalidade.** Brasil, Boitempo Editorial, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** Revista Sociedade e Estado. Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 22/09/2022.

Conselho Federal de Psicologia, **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os.** Brasília: CFP, 2017.

CORDEIRO, Alexander Magno et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões* [online]. 2007, v. 34, n. 6 Acesso em 22/09/2022 , pp. 428-431. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>>. Epub 18 Jan 2008. ISSN 1809-4546. <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>.

DA CONCEIÇÃO SILVA, Lúcia Isabel; DE MORAIS, Eduardo Silva; DOS SANTOS, Mateus Souza. COVID-19 e população negra: desigualdades acirradas no contexto da pandemia. **Revista Thema**, v. 18, p. 301-318, 2020.

EVARISTO Conceição. DUARTE, Constância Lima. NUNES, Isabella Rosado (Orgs). **IN EVARISTO Conceição. Escrivência: a escrita de nós:**

reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. Edição. Rio de Janeiro. Mina Comunicação e Arte, 2020.

ESTÁCIO, Thaily Costa. SILVA, Flávio Alves da. HENRIQUES, Wilma Magaldi. **O racismo como sofrimento psíquico: Atuação de Psicólogos no atendimento à população negra.** Edição Especial PIBIC. UMC Universidade. Dezembro de 2020.

FARIAS, Lindbergh. **Relatório Final CPI Assassinato de Jovens.** Senado Federal. Brasília, 2016.

FIGUEIREDO, Angela. **Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial.** Revista Tempo e Argumento, v. 12, n. 29, p. 01-24, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3381/338163000004/338163000004.pdf>.

Acesso em: 22/09/2022.

FLORES, Tarsila. **Genocídio da juventude negra no Brasil: as novas formas de guerra, raça e colonialidade do poder.** IX Encontro da ANDHEP-2016 Direitos Humanos, Sustentabilidade, Comunidades Tradicionais e Circulação Global, 2016.

FEFFERMANN, Marisa (2013). **A luta contra o genocídio da juventude negra: reflexões sobre a realidade brasileira.** In XXIX Congreso Alas Chile- Crisis y Emergencias Sociales en América Latina. Anais 1807-0310. Acesso em 12/09/2022. Disponível em <https://docplayer.com.br/8993046-A-luta-contr-a-ogenocidio-da-juventude-negra-reflexoes-sobre-a-realidade-brasileira.html>

FERNANDES, Florestan. 2016. Prefácio. In: NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro. p19. 1978

FREITAS, Matheus Silva. **A compreensão e denúncia das violências raciais como genocídio da população negra.** Simbiótica. Revista Eletrônica, v. 7, n. 3, p. 355-372, 2020.

GARBOIS, Júlia Arêas. SODRÉ, Francis. DALBELLO-ARAÚJO, Maristela. **Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde.** Saúde em debate, v. 41, p. 63-76, 2017.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra**. Educação em Revista, v. 34, 2018.

GONDAR, Jô. A clínica como prática política. **Lugar comum**, v. 19, p. 125-134, 2004.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Psicologia e Políticas Públicas: **As práticas Profissionais no Campo da Saúde e da Assistência Social. Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. V. 37 n.2. pp. 253-257. 2017. Acesso em 22/09/2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003722017>>. ISSN 1982-3703.

IBGE, **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. n.41. 2019; Acesso em 01/10/2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

IPEA. **Atlas da violência**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. Brasiliense, 2017.

LIPPI, Camila Soares. A Importância da obra de Raphael Lemkin para a elaboração da Convenção sobre Genocídio. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH. São Paulo**, 2011.

INFOPEN. MOURO, Marcos Viniccius. **Levantamento nacional de informações penitenciárias, atualização de junho de 2017**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. 2019.

MARTINS, Maria de Fátima M. **Estudos de revisão de literatura**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2018. 37 p. Trabalho apresentado no Curso de Acesso à Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Modalidade: Qualificação. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/29213>. Acesso em: 22/09/2022.

MARTINELLI, Andréa. In DAVIS, Angela. **Angela Davis: O encarceramento em massa nunca trouxe soluções para conter a violência**. Postado em 27 de julho de 2017. Acesso em 01/10/2022. Disponível

em:<https://carceraria.org.br/mulher-encarcerada/angela-davis-o-encarceramento-em-massa-nunca-trouxe-solucoes-para-conter-a-violencia>

MBEMBE, Achille. **Necropolítica–Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Arte & Ensaio, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, GUERREIRO, Iara Coelho Zito. **Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2014, v. 19, n. 04. 2019. Acesso em 22/09/2022, pp. 1103-1112. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232014194.18912013>>. ISSN 1678-4561.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na história**. Belo Horizonte: Mazza Editora, 2007.

MORI, Maria Elizabeth. **A clínica psicanalítica: uma prática política Psychoanalytic clinical practice: a political practice La clínica psicoanalítica: una práctica política La clinique psychanalytique: une pratique politique**. Rev. bras. psicanál, São Paulo, v. 52, n. 3, p. 91-105, set. 2018. Acesso em 23/09/2022. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2018000300007&lng=pt&nrm=iso

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva. 2ª Ed. 2016

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NUNES, Sabrina Gomes. **Impactos da Violência urbana na saúde mental de usuários negros no sistema único de saúde (SUS)**. Salão de Iniciação Científica (31. : 2019 out. 21-25 : UFRGS, Porto Alegre, RS). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/208269>

RAMOS, Silvia et al. **Pele-alvo: a cor da violência policial**. Rio de Janeiro: CESeC, dezembro de 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro;Pólen, 2019.

RODRIGUES, Jéssica Silva et al. **Tortura que não acaba: Análise do sofrimento de mães de jovens assassinados em Fortaleza.** Psicologia USP [online]. v. 33 Acesso em 28/09/2022. e.210142. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-6564e210142>>. Epub 03 Jun 2022. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e210142>. 2022.

SCHMIDT, Patricia Cavalcanti. SERPA, Octavio Domont. **Violência urbana e saúde mental: por narrativas em primeira pessoa.** Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. v. 29, n. 03 2019. Acesso 28/09/2022] , e.290313. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290313>>. Epub 25 Nov 2019. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290313>.

SEGATO, Rita Laura. Cotas: por que reagimos? **Revista USP**, n. 68, p. 76-87, 2006.

SILVA, Cidinha da. **Parem de nos matar!**. 1ª Edição. São Paulo. Editora Ijuma. ISBN: 978-85-93245-00-8. 2016

SILVA, Liziane Guedes da. **Sarau Sopapo Poético - Ponto Negro da Poesia : fios de prata conectando a negritude em Porto Alegre.** UFRGS. Acesso em 01/10/2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221256>. 2016.

SILVEIRA, Raquel da Silva et. al. **Psicologia e Relações Raciais: um percurso em construção.** Porto Alegre: ABRAPSO, 2020.

TAVARES, Jeane Saskya Campos. **Expressão do luto na população negra: entre o invisível e o patológico.** In: Jacimara Souza Santana. (Org.). Saúde das populações negras na América e África. 1ed.Salvador: EDUNEB. v. , p. 63-83. 2021.

TAVARES, Jeane Saskya Campos. **Falando da perda: hoje estou mal, espero que você entenda.** Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, ano 14, n. 156, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3qkiTj0> Acesso em: 3 set. 2022. <https://diplomatique.org.br/falando-da-perda-hoje-estou-mal-espero-que-voce-e-entenda/>

UZIEL, Anna Paula et al. **Sistema prisional e segurança pública: Inquietações e contribuições da/à psicologia.** *Psicologia: Ciência e Profissão*. v. 38, p. 3-9, 2018.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra.** *Saúde e Sociedade*. v. 25, p. 535-549, 2016.